

Pólo de Cinema do DF é a estrela maior

JORNAL DE BRASÍLIA

09 JUL 1991

Cineastas entusiasmados com a aprovação do projeto, sem vetos, do governador Roriz, já querem saber sobre a seleção

MARIA DO ROSÁRIO CAETANO

O governador Joaquim Roriz sancionou, hoje, sem nenhum veto, o texto aprovado pela Assembleia Legislativa que cria o *Pólo de Cinema e Vídeo do DF*. A informação chegou aos cineastas de todo o País através de José Roberto Arruda, chefe do Gabinete Civil, que, no domingo, participou do terceiro e último painel do simpósio *Cinema Brasileiro Urgente*, atividade complementar do XXIV Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

O painel discutia justamente o tema *Pólos Regionais*, tendo quatro representantes de secretarias de Estado à mesa: além de Arruda, o capixaba Clóvis Geraldo; a mineira Celina Albano e a paranaense Gilda Poli. O secretário paulista (Adilson de Barros) não compareceu, mas Sérgio Muniz representou Marilena Chauí, da Secretaria Municipal de SP.

Como o Espírito Santo e Brasília têm projetos concretos de apoio ao cinema, seus dois representantes (o DF

contava, ainda, com o secretário de Cultura, Márcio Cotrim, coordenador do painel) foram os mais requisitados.

Antes que o debate se iniciasse, o cineasta Márcio Curi (montador de *Meteorango Kid* e co-diretor de *A TV que Virou Estrela de Cinema*, da ABD-DF (Associação Brasileira de Documentaristas), fez questão de registrar sua satisfação com a aprovação, sem veto, do projeto aprovado pela Assembleia Distrital: "O documento final preparado em 60 dias pelo Grupo Executivo não nos satisfaz integralmente. Daí que, utilizando o direito que temos de aperfeiçoar, como cidadãos, os projetos de Estado, procuramos a As-

sembléia Distrital. Nossas reivindicações foram encaminhadas e alguns deputados firmaram acordo com o Governo em torno de algumas emendas".

Aí, prosseguiu, "veio o *Seminário de Cultura do DF*, que encaminhou documento com novas sugestões. Elas foram abraçadas por outros parlamentares e aprovadas. Neste momento externamos nossa satisfação com a decisão do governador em sancionar, na íntegra, o projeto aprovado pela Assembleia".

Entusiasmados com as promessas de Arruda, que falou com a alegria de quem está num palanque, os cineastas começaram a tecer elogios a Roriz. O potiguar Augusto Ribeiro (*Boi de Prata*) chegou a chamar o governador de "nosso estadista". Passado o momento da rasgação de seda, teceu consistente discurso sobre "a necessidade do cinema brasileiro chegar às quatro grandes redes de TV do País, que atuam com satélites subsidiados pelo Estado".

Os elogios eram tantos e tão generosos, que Luís Alberto Pereira (*lânio a 24 Quadros*), presidente da Associação Paulista de Cineastas, quis saber o que deveria fazer, "rapidamente", para conseguir produzir um filme no *Pólo de Cinema e Vídeo do DF*. Arruda respondeu: "Os recursos são oriundos de duas fontes — uma do Orçamento do DF (US\$ 4 milhões) para os quatro próximos trimestres, é outra, de linha de financiamento do BRB (mais US\$ 4 milhões) para projetos industriais (que agora atenderão à indústria cinematográfica), com juros bem inferiores aos cobrados pelo mercado.

Seleção — E aí entrou em pauta o tema mais polêmico: quem selecionará os projetos que farão juiz aos financiamentos do BRB/GDF?

Arruda explicou que não há, ainda, decisão definitiva sobre este item. "Não sabemos se faremos concurso público ou se a decisão será tomada pelo Conselho Diretor do Pólo".

Se tivesse ficado até o final do



Simpósio no Festival discutiu os Pólos Regionais

debate, o chefe do Gabinete Civil levaria uma pulga atrás da orelha. Afinal, assistiria a bate-boca exaltado entre Neville D'Almeida (defensor do cinema carioca) e Chico Botelho (defensor do cinema paulista). O tema da arenga: quem ganhou mais recursos da Embrafilme — Rio de Janeiro (sede da Empresa, em fase de extinção) ou São Paulo? Neville garante que "a Embrafilme financiou uns 100 filmes paulistas". Chico Botelho rebate argumentando que, "este dado é hiperbólico" e que "SP só teve parceria da Embrafilme quando instituiu um pólo para filmes que não seguiam nem o caminho da Boca do Lixo, nem o da publicidade".

João Batista de Andrade (*O Homem Que Virou Sucô*) tentou aplacar os ânimos e pediu que "não se reeditasse briga tão inoportuna". O cineasta vem de viver difícil experiência com fonte financiadora estatal. Seu projeto *Vlado* (sobre Vladimir Herzog) foi rejeitado por Comissão Julgadora do *Prêmio Estímulo* (da Secretaria de Estado da Cultura — gestão Quêrcia/Fernando Moraes). Sua desilusão foi tamanha, que chegou a pensar em deixar o cinema.

Experiência semelhante à de

João ocorreu em BH. O cineasta Helvécio Raton (*A Dança dos Bonecos*), que atuou ativamente no *Pólo de Minas* (resultado de convênio com a Embrafilme), lembra que "em 10 anos, foram produzidos cinco longas, sendo o seu (*Bonecos*) o último, em 86". Para o ano seguinte, foram aprovados dois novos projetos. "Só que", ponderou, "foram escolhidos diretores sem nenhuma experiência cinematográfica. As produções não vingaram e o pólo arrefeceu-se. O convênio não foi renovado e, hoje, Minas não tem um pólo em atividade".

Na noite de domingo, no Cine Brasília, o secretário de Comunicação Social, Fernando Lemos, um dos idealizadores do *Pólo de Cinema e Vídeo do DF*, disse ao *Jornal de Brasília* que, "agora, com a sanção da lei, o GDF tem 30 dias para compor o *Conselho Diretor*" (de caráter paritário) e que "caberá a este Conselho definir as regras de seleção de projetos".

Sabe-se que muitos produtores já procuraram o GDF para demonstrar seu interesse em contar com suporte (em equipamento e locações) e recursos financeiros do BRB.

Apoio do Estado — O simpó-

sio *Cinema Brasileiro Urgente*, organizado pelo produtor mineiro Tarcísio Vidigal (a pedido da Fundação Cultural do DF) começou com casa cheia (quase 100 pessoas se comprimiam nas inadequadas dependências do "auditório" do Kubitschek Plaza). Todo mundo (cineastas à frente) queria ouvir o secretário federal Sérgio Paulo Rouanet. Por mais que se jure o contrário, o cinema brasileiro ainda confia no Estado como seu parceiro mais seguro.

Silvio Back (*Aleluia Gretchen*), um dos oradores do primeiro painel (*Cinema e Estado*), defendeu apoio do Estado à produção audiovisual brasileira e recorreu ao exemplo mais vistoso no momento: "A França que, ano passado, produziu 140 filmes, com apoio estatal". Este apoio, assegurou Back, "não será cobrado em cifrões, mas sim em ganhos culturais. As autoridades francesas não se cansam de repetir que estes filmes levam a cultura e a língua francesa mundo afora.

Rouanet não foi tanto ao mar, nem tanto à terra. Assegurou que "o Estado vai voltar a colaborar com a produção, tão logo o Congresso Nacional aprove a Lei Audiovisual". Mas renegou o *mecenasato estatal* nos moldes dos tempos embrafilísticos.

Mais: avisou que os projetos já realizados, dentre os muitos assinados com a Embrafilme (nos meses que antecederam a decisão de Colôr/Ipojuca em extingui-la), receberão a contrapartida do Estado. Os que estão em processo, também. Já os não-iniciados estão fora dos planos do Estado.

Cláudio Kahns, assessor de cinema da Secretaria de Cultura de SP, na gestão Quêrcia/Morais, quis saber se o secretário honrará o convênio assinado entre a Embrafilme e a secretaria paulista para a realização de 10 longas-metragens (dois estão quase prontos e oito em fase de pré-produção). Para os dois primeiros, a solução está clara: serão aquinhoados. Quanto aos oito restantes, "serão estudados caso a caso".

